

Guerras Internas Internacionalizadas¹

Renato Petrocchi^{*}

RESUMO

O presente artigo discute determinadas transformações das guerras internacionais, principalmente, a partir da inflexão histórica do Pós-1989. Analisam-se os processos singulares a esta fase inicial, de abertura para uma era pós-bipolar, como por exemplo, o declínio da guerra tradicional, o declínio da ordem mundial e o crescimento exponencial de novas formas de conflitualidades locais, interestatais, cujas características mais expressivas são, as das origens internas destes conflitos que se tornaram uma das fontes efetivas da instabilidade política internacional contemporânea. Por outro lado, avalia-se também, a internacionalização destes mesmos conflitos internos através da intervenção de “missões” organizadas e promovidas, por coalizões de Estados “voluntários” que buscam aplicar uma espécie de “sedativo” a estas crises domésticas agudas. Conclui-se com a proposta de que os últimos setenta anos podem ser periodizados/interpretados, no que concerne às guerras contemporâneas, mediante as imagens de passagens entre diferentes eras históricas: da era da “guerra total” (desde a Segunda Guerra Mundial) para a era da “guerra final” (durante a Guerra Fria nuclear) e, desta última, para a era da “guerra sem fim e sem êxito” a partir do Pós-1989.

Palavras-chave: Novas Guerras, Globalização, História da Guerra

ABSTRACT

This article discusses certain transformations of the international wars, mainly from the perspective of the historical turning point of post-1989. It investigates the particular processes of this initial phase that open to a post-bipolar era, such as the decline of traditional war, the decline of the global order and the exponential growth of new forms of local and inter estate conflicts. The most expressive characteristic of such conflicts is the fact of being internally originated, having become one of the effective sources of international political instability. On the other hand, the article also evaluates the internationalization of these internal conflicts through the intervention of “missions” organized and promoted by coalitions of “volunteer” States aiming to apply a kind of “sedative” to these acute home crisis. The conclusion suggests that, concerning the contemporary wars, the last seventy years could be interpreted as if they were the images of passing different historical ages: from the age of the “total war” (since the Second World War) to the age of the “final war” (during the nuclear Cold War), and from this last one to the age of the “endless and unsuccessful war” since post-1989.

Keywords: New Wars, Globalization, History of War

Introdução

A guerra ou as guerras atuais ocupam um tempo muito limitado da vida internacional, no entanto, nos sentimos menos em paz do que há, aproximadamente,

¹ Este artigo ora revisto e ampliado deriva da comunicação, “Guerras internas ou guerras internacionais?” que apresentei, originalmente, na Sessão Temática, *Defesa Nacional e Segurança Internacional*, coordenada pelo professor Vagner Camilo Alves no II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos da Defesa (ABED) na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 18 de julho de 2008.

^{*}Professor adjunto de Relações Internacionais da Escola de Guerra Naval (EGN/Marinha do Brasil), professor credenciado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (PPGEST/UFF) e professor de História Contemporânea da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

vinte anos atrás². De modo mais direto, podemos afirmar que o sistema internacional atual parece menos sólido e estável do que esteve no passado histórico recente, mesmo em uma fase, pequena e otimista deste passado: aquela do imediato Pós-1989 ou Pós-derrubada do muro de Berlim. A partir de 1989, com o relativo desaparecimento da ameaça nuclear de um lado e, a superação do principal eixo conflituoso existente entre Ocidente e Oriente, entre OTAN e Pacto de Varsóvia, entre democracia ocidental e socialismo real do outro, o mundo pareceu ingressar em uma fase de reestruturação, rumo à consolidação de uma “espécie rara” de paz internacional. Hoje sabemos que as mudanças não caminharam nesta direção – pelo menos, até o presente momento – e temos experimentado inclusive novas modalidades de guerras as quais, imaginávamos superadas há muito tempo (guerras ligadas a dimensões étnicas), em locais que esperávamos certo grau de pacificação (como, o Oriente Médio após os acordos de Oslo), sob a forma de ataques capazes de violar santuários que acreditávamos invioláveis (as torres gêmeas, o Pentágono – no país do escudo espacial!), ou ainda, encarnando impasses em países militarmente ocupados como, recentemente, o Afeganistão e o Iraque.

Se considerarmos realmente que o ano de 1989 assinalou o fim de uma “Terceira Guerra Mundial” – não combatida militarmente, mas politicamente vencida – tal avaliação nos leva a caracterizar o período sucessivo dos últimos vinte anos como, um surto de Pós-Guerra anômalo representado por uma época difícil, de acomodação, de trabalhosa reconstrução (tal desafio foi verdadeiro, especialmente, para todos os países ex-comunistas), de manifestação de rancor e desejo de revanche, de incerteza e, portanto, de insegurança. Uma típica época em que os mais prejudicados e marginalizados se consideram capazes de explorar a situação para uma espécie de “revide”, aproveitando o sentido de cansaço, experimentado por todos os demais atores (os tradicionais atores estatais e nacionais) que, após uma longa guerra, não desejam outra coisa exceto o repouso e a paz.

Os que consideram este período de Pós-1989 longo demais, vale a pena ter em mente, que a sua duração corresponde exatamente às conclusões alcançadas por Ken Organski³, acerca do que o autor definiu como “o fator Fênix”, ou seja, a interpretação

² O historiador Eric Hobsbawm em sua obra, *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 (edição inglesa de 1994) foi, talvez, um dos primeiros autores a chamar atenção para o contraste entre a relativa estabilidade internacional no período da Guerra Fria e a situação de instabilidade e incerteza que se instaurou logo após o triênio 1989-1991.

³ A. F. K. Organski, *The Cost of Major Wars: the Phoenix Factor*. *The American Political Science Review*, v. 71, n. 4, p. 1347-1366, dec. 1977.

de que “os pós-guerras” duram entre quinze a vinte anos, ao longo dos quais, os frutos da vitória se fragmentam, os efeitos da derrota são sanados e o sistema internacional retorna às condições anteriores a guerra. O que se pode extrair de tal proposta interpretativa é o fato de estarmos, no tempo hodierno, justamente, no auge da superação de tal conjuntura fixa da história das guerras e, esta situação, torna a reflexão que buscamos realizar diariamente, importante e urgente.

Esquemmatizando ao máximo, devemos indagar o que poderá ser um sistema internacional que, pela primeira vez na história, tenha sido privado de seu eixo estrutural fundamental: a contraposição entre duas grandes potências. Foi assim, desde o tempo da bipolaridade entre Carlos V (pelo império Habsburgo) e Francisco I (pela França Valois) para alcançar a contraposição entre França e Grã Bretanha (na virada do século XVIII para o XIX) e, posteriormente, a contraposição entre Grã Bretanha e Alemanha (na virada do XIX para o XX), chegando, enfim, a disputa mais recente entre Estados Unidos e União Soviética. Vale lembrar que todas estas bipolaridades foram, menos a última, *a posteriori* destruídas por uma grande guerra.

A luz da atual ausência de uma clara estrutura hierárquica, uma primeira resposta possível seria fácil demais a ponto de nos conduzir a um estado de otimismo distante da realidade: uma nova Constituição deveria se inspirar em princípios de igualdade, no respeito recíproco e na não ingerência, na lealdade em relação às instituições jurídicas universais (como a ONU) – enfim, deveria nos levar a um mundo melhor, mais seguro, mais pacífico, ainda que sempre passível de ataques terroristas, assim como, vulnerável a criminalidade que continua a se apresentar como atividade inextirpável, mesmo nos Estados considerados fortes no sistema internacional. Todavia, sabemos que esta imagem não corresponde aos acontecimentos. Observando retrospectivamente (procedimento analítico hoje inevitável⁴) é que tomamos consciência de que a própria idéia de soberania perdeu a sua centralidade e, o Estado vem perdendo, por sua vez, a sua tradicional ânsia de potência (se o Estado deixa de ser soberano em relação a quem exercitará a sua força?).

⁴ Como nos ensinou de modo esclarecedor o historiador inglês Geoffrey Barraclough, o estudo da história contemporânea demanda, antes de tudo, assumir enquanto ponto de partida, os traços de fundo do mundo atual e buscar, mediante um procedimento de tipo regressivo no tempo, os processos de formação das principais características do presente. Em outras palavras, trata-se de reconhecer uma fase histórica relativamente homogênea que seja marcada por elementos de continuidade mais fortes com o presente do que com as épocas precedentes. G Barraclough defendeu este procedimento de análise referido a uma temporalidade mais próxima às transformações de nosso presente, de modo simples: “a história contemporânea começou quando os problemas que são atuais no mundo hodierno assumiram pela primeira vez uma clara fisionomia” *in*: BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à História Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p.21.

Diluição das perspectivas: guerra e paz, interno e externo

As condições atuais do sistema internacional não podem ser reconstruídas de modo adequado, nem mediante o predomínio da guerra nem por intermédio da imagem de uma suposta explosão da paz, tendo se estabelecido, na verdade, uma espécie de “terceiro elemento” ou “terceiro gênero”. Para fundamentar melhor tal hipótese, acreditamos ser importante, ter em mente que o esquematismo que nos levou a considerar apenas as duas alternativas tradicionais, ou seja, ou a guerra, ou a paz, se expressa hoje, de modo extremamente reducionista e não consegue dar conta da riqueza da realidade feita de milhares de graus intermediários entre esses dois extremos (ou entre estes dois conceitos antitéticos como, nos explicava Norberto Bobbio⁵) – basta observar a quantidade de elementos integrativos, de colaboração e reguladores que singularizam a vida internacional contemporânea.

Talvez esta hipótese seja menos abstrata do que pareça em uma primeira vista. Podemos pensar que guerra e paz estejam se misturando, no mesmo sentido, que no interior de um Estado, ordem pública e criminalidade já coexistem e convivem, buscando limitarem-se reciprocamente. Podemos assim, insistir e observar que a tradicional distinção na qual o Estado era o reino da ordem e, a política internacional, o reino da anarquia, ficou desatualizada porque no interior dos Estados há mais desordem do que gostaríamos de encontrar (ou, em outras palavras, a concentração de poder tem se atenuado muito) e entre os Estados muito menos anarquia do que no passado, sem falar no fato de que, entre os Estados tem se desenvolvido uma determinada constância de expectativas recíprocas.

A década de 1990, por exemplo, foi marcada pelo predomínio quase absoluto e, talvez, sem precedentes históricos, das guerras civis sobre as guerras internacionais como se os conflitos tendessem a se localizar desde então apenas no interior dos Estados e não entre os Estados. Esta é uma imagem *vero semelhante*, passível de muitas dúvidas se as transformações recentes estejam, de fato, ocorrendo nesta direção. Se, por hipótese, tal tendência vier a se confirmar, o tradicional e indissociável princípio das relações internacionais – aquele de condenar o meio internacional a uma permanente e

⁵ Sobre o *pensamento internacionalista* do célebre filósofo italiano, tive a oportunidade de escrever o artigo, “Norberto Bobbio e o Labirinto da Política Internacional” para a obra, *A Defesa e a Segurança na América do Sul*, organizada por José Miguel Arias Neto, Vagner Camilo Alves e William de Souza Moreira e, publicada, pela Editora Mercado de Letras no ano de 2011.

imutável vida anárquica – pode ser fortemente questionado. Se as guerras de hoje estouraram no interior dos Estados, isto significa que, o refúgio pré-ordenado existente justamente para escapar da anarquia, ou seja, o Estado nacional, não é mais tão robusto e que, entre os Estados, os quais deveriam viver em condições de permanente anarquia, não se verificam mais os mesmos confrontos que desde Thomas Hobbes nos habituamos a pensar⁶.

Nos anos mais recentes, novas terminologias foram experimentadas para escapar da rígida alternativa entre guerra civil e guerra internacional. No entanto, o ponto relevante a ser enfrentado parece, mais do que qualquer outro, o relativo ao cruzamento entre os dois tipos de guerra, civil e internacional: guerras civis que transbordam em guerra internacionais e, guerras internacionais que deixam o legado da guerra civil. O primeiro exemplo histórico do Pós Guerra Fria sobre guerra civil foi o conflito na ex-Iugoslávia o qual, assumiu em si as diversas imagens: a dissolução do país deu vida, em um primeiro momento, a forma de uma guerra civil até a fase quando a República Federativa tentou se opor a secessão. Em um segundo momento, foram realizadas verdadeiras guerras de conquista e de reconquista da parte de Sérvia e, finalmente, a guerra se concluiu como uma guerra internacional e, desta vez, como uma guerra de coalizão movida pela OTAN contra a Sérvia de Slobodan Milosevic. Ou seja, todos os tipos referidos foram experimentados.

Obtendo um levantamento das guerras no período entre 1946 e 2001, o total dos conflitos alcançou 163, acrescidos de 21 casos de conflitos entre Estados e grupos não estatais que atuaram fora do próprio território. Mas o fato importante foi o de que a maior parte dos conflitos armados desenvolvidos nos últimos setenta anos ocorreu internamente e não internacionalmente. Esta informação por si só já seria suficiente para fundamentar a idéia de que há mais anarquia nos Estados do que entre os Estados.

O que se descobre recentemente é que as relações entre os Estados são muito mais estáveis e, que o modelo do Estado-ordem se aproxima de um mito. Há ainda o fator de que a conflitualidade interna pode provocar o conflito internacional. Se há menos guerras entre os Estados do que dentro dos Estados na temporalidade

⁶ Dois estudos que demonstram a tendência histórica de predomínio das guerras civis sobre as guerras internacionais deste o término da Segunda Guerra Mundial: E. A. Henderson e J. D. Singer, *Civil War in the Post-Colonial World, 1946-1992* in “Journal of the Peace Research” XXXVII, 2000, 3, e p. Wallensteen, M. Sollenberg, *Armed Conflict, 1989-1999*, in: “Journal of the Peace Research”, XXXVII, 2000, 5.

contemporânea, especialmente a partir de 1989, não poderíamos propor a hipótese de que é a desordem interna que vem produzindo a desordem internacional?

Neste caminho podemos tomar consciência, também, de um “terceiro elemento” ou, “terceiro gênero” entre guerra e paz, representado pela “globalização” dos direitos humanos, pela mistura de raças, pela difusão dos modelos culturais e de comportamentos e que, portanto, descreve simbolicamente uma das condições dominantes do mundo contemporâneo, ou seja, a redução das distâncias (tanto física quanto moral), a partilha de destinos cada vez mais estreitamente e cosmopolitamente intensos, em outras palavras, uma globalização feita não somente de conveniências e desvantagens, mas entendida como a estrutura objetiva da realidade contemporânea que não implica necessariamente no declínio dos Estados, mas desafia estes atores tradicionais quanto aos seus sistemas de incentivos.

Resultaria desta situação que a separação histórica, ou, estrutural entre política interna e política internacional não venha a corresponder mais (se é que no passado correspondeu de fato) a estrutura material das relações entre os Estados, porque entre estes, não se desenvolve mais apenas uma série de relações de potência, baseadas numa rígida periodização-sucessão entre tempos de paz e tempos de crise ou guerra, mas à uma condição mista, na qual a maior parte das relações (políticas, econômicas, sociais e culturais) estabelecidas entre os Estados e as sociedades que os compõem, estivesse se assemelhando cada vez mais a situação de “política interna do mundo” da qual nos fala o filósofo J. Habermas.

Este conceito de “política interna do mundo” foi utilizado a primeira vez por J. Habermas em dois ensaios do filósofo reunidos no livro, *A Inclusão do Outro: estudos de teoria política*⁷ e, em seguida, reutilizado de modo mais profundo, em outra reunião de ensaios intitulada, *A Constelação Pós-Nacional*⁸. Trata-se da identificação, na conjuntura contemporânea do pós-1989, de uma política doméstica do mundo que implica na redução do papel do Estado e das instituições nacionais; ambos ocupantes tradicionais de um posto central na política mundial. Consiste reconhecer também um mundo em que os grandes confrontos de potência não existem mais e que se distinga por uma crescente circulação e partilha de experiências culturais heterogêneas, unificado pelos bens de consumo e pelas crises ecológicas; um mundo que não pode mais ser comprimido a partir do princípio da soberania (pertencente ao velho

⁷ Jürgen Habermas. *A Inclusão do Outro: estudos de teoria política*. São Paulo, Loyola, 1998.

⁸ Jürgen Habermas. *A Constelação Pós-Nacional. Ensaios Políticos*. São Paulo, Littera Mundi, 2001.

paradigma) que trazia consigo a exigência superior de política externa e mal formulados e mal entendidos interesses nacionais.

Hoje seria relativamente fácil demonstrar que existe uma política interna na União Européia, mas seria praticamente impossível estender esta definição, por exemplo, para a natureza das relações transatlânticas entre Estados Unidos e Europa ocidental na história dos últimos quarenta anos após a Segunda Guerra Mundial tal como foi concebido por Karl W. Deutsch para a década de 1950⁹. Para não se limitar apenas a uma formula sugestiva, devemos acrescentar que, o paradigma de uma “política interna do mundo”, permite demonstrar, em primeiro lugar, a falta de consistência teórica (não histórica) do modelo da *domestic analogy* o qual, por décadas, nos induziu a buscar na política internacional, eventuais sinais de uma imitação ou uma repetição das condições do jogo político interno. Como tais sinais não se encontravam, a conclusão era de que nesta esfera, reinava indubitavelmente um estado anárquico. Se observarmos a “política interna do mundo” neste novo contexto, ela nos ajudará a entender que os fins da política são comuns nas duas esferas (interna e internacional) e, mais ainda, de que se limitarmos a nossa atenção a uma, ou a outra destas dimensões, separando-as, tornaremos ambas incompreensíveis. O exemplo fornecido pelo mais importante evento mundial dos últimos anos demonstra claramente esta situação: o ataque às torres gêmeas, no 11 de setembro de 2001, pareceu unificar quase totalmente as dimensões internas e externas, os aspectos da vida cotidiana e os da alta política, os de segurança pessoal e os das garantias institucionais, confundindo entre si as esferas internas norte americanas, as sociedades européias, o território afegão, a competência territorial da OTAN e todo o mundo islâmico. A prova desta unificação correspondeu a de que, a resposta do governo dos Estados Unidos foi inspirada em uma mudança significativa de sua estratégia global, na qual, os problemas de segurança tornaram-se indistinguíveis: as indicações de vontade política deixaram de possuir fronteiras territoriais e as estratégias de luta e de oposição ao terrorismo passaram somente a adquirir sentido em escala planetária.

Quais as conseqüências analíticas resultariam da aceitação de tal linha interpretativa? Por ora, concordamos que as fronteiras, interno e internacional, não são mais suficientes para delimitar o campo disciplinar da política internacional do mesmo modo como tal delimitação foi realizada no passado. Para fornecer apenas mais uma

⁹ Karl W. Deutsch. *Political Community and the North Atlantic Area. International Organization in the Light of Historical Experience*. Princeton, Princeton University Press, 1957.

referência desta situação, devemos citar o estudo no campo da segurança internacional de Barry Buzan, *People, States and Fear. An Agenda for International Security in Post-Cold War Era*¹⁰, no qual o autor percebeu a necessidade de ampliar as fronteiras dos sentidos de segurança de modo a fazer coincidirem não apenas com as relações internacionais, mas, também, com as dimensões individuais e sociais que tradicionalmente escapavam aos estudos de estratégia.

O processo de unificação entre política interna e política internacional possui uma influência ainda maior para os estudos de segurança se o aplicarmos a natureza do sistema internacional contemporâneo e, particularmente, a sua característica quase estrutural de incerteza. A idéia de instabilidade esteve, por séculos, associada exclusivamente à concepção de balança estratégico-militar. Estabilidade e instabilidade sempre foram consideradas, pela teoria realista, dependentes exclusivas das relações de força presentes entre as várias potências (grandes e medias) da cena internacional. Os perigos para a estabilidade eram imaginados como graves quanto, maiores e mais potentes fossem os Estados revisionistas ou, insatisfeitos com a ordem internacional vigente. Bastaria observar que hoje, por exemplo, a situação se manifesta de um modo significativamente diverso, sendo indiferentes as dimensões dos Estados na avaliação de suas capacidades estabilizadoras (ou desestabilizadoras) para entender que a instabilidade particular que representa a preocupação atual, deve ser observada por intermédio de uma nova ótica e com instrumentos de análise originais (como, por exemplo, mediante o conceito de uma “política interna do mundo”).

De que modo, podemos interpretar as relações entre os Estados Unidos e a União Européia no interior da OTAN depois que esta organização experimentou as primeiras ações fora de sua área desde que foi criada? Como avaliar os projetos de uma força armada européia integrada, mas distinta da OTAN? Como também, quais as chances de estabilização do projeto de segurança regional integrada na América do Sul (Conselho Sul Americano de Defesa) diante dos resultados recentes da aliança bilateral, Estados Unidos – Colômbia, no combate as Farc? Quanto, devemos temer a potencialidade desestabilizadora da crise do Oriente Médio encapsulada em si mesma desde meio século de história sem que um real empenho de solução tenha adquirido importância no sistema internacional? Qual o papel a ser atribuído à periculosidade representada pela crise étnico-nacionalista que desestabilizou, e ainda, desestabiliza os

¹⁰ Barry Buzan, *People, States and Fear. An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*, New York, Harvester Wheatsheaf, 1991.

Balcãs? E, por fim, como delimitar as características da ameaça desestabilizadora representada, pelo menos, por uma parte do mundo islâmico?

Estes problemas não foram resolvidos pela chave estratégico-militar que a administração Bush privilegiou na década de 2000. E não apenas pela amplitude das tarefas que tal estratégia comportou e pelo aumento de instabilidade que gerou, mas sim, porque foi incoerente com a estrutura atual e incompatível com as regras do sistema internacional. No interior deste sistema, cada Estado singular não figura mais como portador de interesses nacionais específicos, detentor de uma soberania sagrada e inviolável, de uma potência medida pela amplitude de seus arsenais, mas como “ente local” de uma sociedade mais vasta na qual, as políticas internas singulares tornam-se patéticas se não conseguem compreender a sua relação com os outros análogos “entes locais” os quais, por sua vez, perderam também suas especificidades, centralidades e autonomias para, ao contrário, integrarem-se de modo extremamente estreito com todos os demais. Não é esta, por exemplo, a situação das atividades das Bolsas, que no espaço de tempo somente de um dia, vêm moverem-se imensos fluxos de capitais que seguem de Hong Kong a Tóquio, de Tóquio a Frankfurt, de Frankfurt a Zurique e a Londres para depois concluir o seu curso em New York, com efeitos quase simultâneos sobre os valores das ações na Bovespa de São Paulo, aproveitando (como havia intuído Julio Verne) a *décalage* dos fusos horários?

A instabilidade atual parece, portanto, como uma manifestação de mutação, produzida por um movimento¹¹ que nos levou para fora da bipolaridade, mas o qual, não está ainda ancorado em uma nova e definitiva estrutura. Enquanto podemos dizer que a instabilidade do passado era reconduzida a uma condição de excepcional compressão de tal modo que quase nenhum Estado no mundo podia fazer nada que não fosse compatível com a vontade das duas superpotências, hoje se poderia dizer que, a ausência desta situação “insatisfatória” produz, ao contrario, descompressão ou incerteza quanto a estrutura da ordem mundial e, portanto, produz insegurança de cada ator sobre o seu destino e, mais ainda, insegurança sobre as condições que deverá alcançar para garantir a própria segurança.

Das considerações desenvolvidas até o momento derivam as possibilidades de se esboçarem, os elementos principais de uma nova e, talvez, nascente, ordem internacional cuja primeira característica a ser assinalada é o deslocamento dos modelos

¹¹ Norberto Bobbio. A revolução entre movimento e mudança. In: BOVERO, Michelangelo (Org.) *Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

bipolares em favor de uma configuração aproximadamente igualitária, nos direitos e não nos deveres, que deixou de estar organizada em torno de grandes eixos conflituosos e ideológicos, mas se configura, distintamente, conforme uma estratificação unitária onde a riqueza conta mais do que a potência.

A segunda característica, parte da unificação e da difusão contemporânea dos problemas de segurança, em termos físicos que diz respeito a todos os seres humanos titulares dos mesmos de direitos fundamentais (universais), para garantir os direitos necessários para a criação de uma verdadeira “polícia planetária”. Diante do exagero desta hipótese, devemos observar que as atividades dos tribunais específicos (*ad hoc*), a afirmação da perseguição dos criminosos internacionais diante de cada tribunal do mundo e a recentíssima constituição da Corte Penal Internacional, oferecem os primeiros exemplos de uma possível jurisdição penal. Contrasta com estes exemplos a vontade arrogante, incompreensível e inconveniente do governo norte americano de preservar os seus funcionários, diplomatas e militares que atuam no exterior.

A maior parte dos conflitos distribuídos hoje pelo planeta pode ser inserida na categoria que vem sendo definida como “ordem pública” planetária e não mais local. Podemos afirmar que a tendência do movimento-mutação, hoje em curso, se aproxima da imagem de um “novo medievalismo”, como gostam de propor os historiadores franceses¹², em direção a um “estado de polícia” entregue, não mais a vontade de poucos soberanos iluminados, mas exigido pela absoluta divisão dos problemas locais entre todos os atores, estatais e não estatais, do mundo contemporâneo?

E ainda, como uma última conseqüência, a considerada intervenção militar humanitária, “guerra humanitária”, em si paradoxal e contraditória (fazer o mal para realizar um bem) adquiriria, nesta ótica, uma função análoga à da repressão dos delitos que tem em vista a defesa da lei e da restauração do Direito. A referência histórica do “estado de polícia” correspondeu ao prelúdio de um processo que levou à liberação das massas e à democratização de suas relações, inaugurada pela Revolução Francesa, mas tal “estado” não foi nem liberal nem democrático em suas origens. Como evoluirá o “estado de polícia” se for mundial?

A nossa situação internacional não é exatamente a que se expressa no contexto hodierno, mas infinitamente menos nítida e clara. A dúvida é sobre qual o papel, que em tal sistema internacional, deverá desempenhar quem for o mais potente, como os

¹² Como por exemplo, Allan Minc, *Le Nouveau Moyen Age*, Paris, Gallimard, 1993 e, J. J. Roche, *Le Relazioni Internazionale. Teorie a Confronto*. Bologna, Il Mulino, 2000.

Estados Unidos ou, de modo ainda muito incerto, futuramente, a China. Mais obscuro ainda, é se tal tendência tem o caráter subjetivo e venha sendo perseguida de maneira voluntarista pelos Estados Unidos, ou pela China, ou ainda, se trata de um determinado movimento objetivo, por assim dizer, natural e espontâneo. Estaríamos ingressando numa era de “guerra global” marcada pela condição de conflitos sem limites, ou qualquer coisa similar a imagem hobbesiana da “guerra de todos contra todos”, apenas adaptada ao contexto contemporâneo? E tal rumo, equivaleria a uma condição de insegurança global, planetária, na qual ninguém mais está seguro de nada, nem de quem é, nem de que coisa é, ou, possui? Um cenário como este representaria um retrocesso da humanidade de quatro séculos como, se até agora nada tivesse sido feito além de cumprir um grande ciclo que, após ter se distanciado de sua condição inicial, esteja retornando ao ponto de partida. A guerra global parece possuir uma característica *horizontal*, de todos contra todos, ou ainda, de um ou de alguns contra todos os outros, e uma característica *vertical*, sem limites para o uso da força. Será esta a direção que o mundo está tomando? Tal cenário seria não apenas uma grande decepção, mas implicaria na subversão do sentido da flecha do progresso e em gerar, mesmo que de modo involuntário, o mais espantoso retrocesso que a humanidade já experimentou.

Devemos, assim, admitir que o mundo é, e sempre será o mesmo; um pobre e infeliz fenômeno que nunca mudará e que não há nada de novo sob o sol? Formulando as coisas desta maneira o sentido de frustração não para de crescer. Mas vale ponderar, para quantos de nós, pareceu sólida a notícia de que o evento do 11 de Setembro constituiu algo de absolutamente novo, diante do qual, entretanto, não podíamos nos sentir co-responsáveis? Mas, parecemos comprimidos em uma morsa: se o evento foi novo, isto quer dizer, que ingressamos em uma crise de época histórica (uma inflexão de época histórica) e, se for velho, significa que não sairemos nunca da antiga armadilha. Em ambos os casos, nos resta somente o desespero. No primeiro caso, devemos concluir que Bin Laden introduziu uma novidade absoluta na história; no segundo caso, que não tínhamos entendido estar vivendo em um mundo além de imperfeito, impossível também de ser corrigido. Com a finalidade de tornar explícita a radicalização destas posições contrastantes talvez, seja útil, aplicarmos o modelo *hobbesiano* onde a anarquia que preocupava Hobbes era aquela da qual se precisava escapar e a anarquia que podemos pensar hoje é um estado em direção ao qual estamos caindo, ou seja, uma situação de exato contrário.

O argumento que fundamenta a hipótese da advertência diante da anarquia se baseia em considerações sobre a guerra e de suas eventuais transformações. Argumenta-se que a guerra hoje deve assumir uma função maiêutica nos confrontos interpretativos dos eventos contemporâneos. O ponto de vista da guerra – não o da consideração do fenômeno como puro e simples desencadeamento cego da violência, resultante de pulsões naturais ou de irresistíveis ataques de agressividade - é o único que sabe se introduzir nos mistérios da realidade político-internacional, que é o equilíbrio fundamental no interior do qual qualquer evento se coliga a todos os demais. É em torno da guerra que se organiza o sentido de vida internacional porque, recorrer a ela ou evitá-la distingue, como nenhuma outra condição no mundo, as várias conjunturas e se estabelece ordem entre elas. A guerra como “instituição” determinou as principais inflexões políticas da história: fez nascer grandes Estados nacionais, permitiu a criação de grandes impérios e a dissolução de outros, dividiu o mundo em dois blocos e os recompactou quando se tornou, em um breve período, “impossível” porque nuclear e autodestrutiva em relação a humanidade. A dissolução pacífica do mais perigoso conflito da história - a Guerra Fria - fez com que muitos embolsassem os “dividendos da paz” sem se indagarem com o devido tempo e atenção acerca da natureza do processo que conduziu a este resultado. E, assim, mais uma vez na história das relações internacionais foi a guerra a protagonista da cena, uma guerra que fora negada neste período – a guerra não combatida – e que, não obstante, produziu os mesmos êxitos de uma guerra combatida. Como não se surpreender e, portanto, não refletir, com atenção particular e interesse, sobre as razões desta exceção? A dissolução da União Soviética ou o desaparecimento do bloco socialista não foi alcançado com o fim de uma grande guerra de exércitos, mas foi a consequência de uma guerra que “não podia” ser combatida, pois causaria o apocalipse. A importância desta situação, não está tanto no fato de ter evitado algumas centenas de milhões de vítimas, mas no aspecto da guerra ter se tornado “impossível”, não enquanto fenômeno em si, mas porque os Estados tinham perdido a capacidade de combatê-la.

Por cinquenta anos, aquele elemento constitutivo, fundamental que a guerra havia sido por cinco séculos deixou de funcionar pela simples e extraordinária razão de que a “guerra entre os mundos” teria representado o seu fim. Resultou desta situação, que o Estado, um organismo constituído historicamente pela guerra, se viu privado de seu elemento vital e, assim – “não sabia mais fazer a guerra”, dando início, conseqüentemente, a um futuro de envelhecimento e declínio.

Como esconder que tal mudança representava uma boa notícia? A difusão de uma globalização aparentemente irreversível que passava a se valer de uma sociedade planetária, não mais subdividida em Estados e em tantos monopólios legítimos da força, configurou um cenário otimista. Mas o fim da Guerra Fria não se traduziu em uma época de perfeição e de satisfação equânime. Entre os vencedores, o maior peso do confronto – é justo recordar – foi sustentado pelos Estados Unidos os quais, no entanto, ao término do conflito substituíram um multilateralismo, que hoje retrospectivamente parece conveniente, por um unilateralismo solitário e soberbo direcionado a quem havia sofrido a derrota e, como em todo pós-guerra, padecia de frustrações e danos da escolha derrotada.

A consequência talvez mais importante, por ser universal, do fim da bipolaridade foi a de que o início desta fase, não deu vida a um novo arranjo de pólos de poder; não modificou a forma de uma estrutura permanente pré-existente e nem fez nascer um novo e original modelo. Não se pode definir o sistema internacional Pós-1989 de unipolar porque parece reducionista e nem lhe atribuir uma verdadeira e própria nova forma política porque tal avaliação seria excessiva.

A globalização da guerra

A “reviravolta da história”, conforme caracterizou o historiador Marc Ferro¹³, provocada a partir do ano de 1989 com o fim da bipolaridade sugeriu, a muitos autores, que a era das grandes guerras e, mais especificamente, a era da guerra atômica, tivesse terminado e a humanidade, a partir deste momento, devesse enfrentar um grande temor de caráter totalmente indeterminado e obscuro: o fim da era de paz baseada no terror da ameaça nuclear poderia reativar o canal da violência bélica tradicional enquanto uma parte do mundo (o “mundo livre” de outrora), que havia perdido o hábito da guerra materialmente guerreada, por assim dizer, descortinava a possibilidade de ingressar em uma era kantianamente e perpetuamente pacífica. Ora, fazer uma guerra consiste na coisa mais séria que existe no mundo e, não se recorre a este expediente extremo com o coração leve. O novo milênio passou a conhecer o que se convencionou chamar de “novas guerras” quanto a estrutura, as condições, as formas de condução, mas, no que se refere também, a quantidade e ao deslocamento dos conflitos. Estas guerras de novo

¹³ Marc Ferro. *A Reviravolta da História. A queda do muro de Berlim e o fim do comunismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

tipo derivaram da transformação no mais elevado nível da própria guerra tradicional e dependem da falha do mecanismo histórico das guerras; em outras palavras, ou a grande guerra “não serve mais”, ou o seu modelo será substituído por outros mecanismos de resolução de impasses. O corolário é o temor de que frente a impossibilidade de grandes guerras, se proliferem milhares de pequenas guerras. Esta proposta interpretativa implica que, as duas evidências que se afirmaram nos últimos vinte anos – *o declínio da ordem internacional e o declínio da guerra tradicional* – não podem depender de uma pura e simples correlação empírica porque a guerra constitui um meio e não um fim, enquanto a ordem política internacional constitui um fim e não um meio. O lugar que a guerra possui no novo milênio pode, talvez, ser identificado entre estes dois movimentos: o declínio da ordem internacional e a transformação da própria guerra, acrescidos da avaliação de que, se diminui a ordem, aumentam as guerras.

As condições de uma guerra mundial, por sorte, não foram determinadas no passado do segundo pós-guerra, mas tal situação não impediu que uma grande e histórica “guerra entre os mundos” – capitalista e socialista – tenha tido a sua externalidade efetiva e eficaz não apenas na Guerra Fria, mas também no seu resultado, com o desaparecimento do império soviético. Portanto, o que importa observar é a estrutura do sistema internacional e não as técnicas de condução dos conflitos. Esta constatação nos leva a analisar ainda duas circunstâncias preliminares: uma relativa ao estado das relações internacionais após o fim da bipolaridade e, a segunda, acerca das manifestações de violência que foram determinadas a partir da virada do milênio. Propomos inicialmente a seguinte analogia com o passado de grandes transformações da história contemporânea: assim como, o ano de 1789, no século XVIII, pôde ser interpretado *a posteriori* enquanto uma transformação histórica de longo prazo, provocada pela Revolução Francesa que libertou os súditos de uma condição específica de subordinação e os fez tornarem-se cidadãos no decorrer desse longo processo, a “reviravolta” do ano de 1989, no século XX, tendo como agente principal, a *globalização contemporânea*, pode ser interpretada como, um primeiro passo de abertura, de uma época histórica secular, cuja característica inicial significativa, foi a de libertar os Estados do “velho” sistema de blocos, Ocidental e comunista e de suas respectivas divisões ideológicas¹⁴. Deve-se notar, que esta referência às “libertações”

¹⁴ Sobre a comparação entre as conseqüências da inflexão histórica representada pela Revolução Francesa de 1789 e os efeitos da “reviravolta da história” com a globalização a partir de 1989, conferir o estudo que apresentei na Conferência Internacional Conjunta ABRI-ISA (Associação Brasileira de Relações Internacionais e *International Studies Associations*), “Diversity and Inequality in World Politics” realizada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro nos dias 22, 23 e 24 de julho de 2009.

dos agentes das mudanças tanto, a partir do contexto recente de 1989 quanto, das transformações históricas de mais de duzentos anos atrás, desde o simbólico ano de 1789, dizem respeito a uma *conquista incompleta*. O “Terceiro Estado” foi, em parte, vitorioso no que concerne às mudanças históricas nesta longa duração desde o final do século XVIII e, a partir de 1989, o conjunto de Estados aliados aos Estados Unidos passou a partilhar, também, a princípio, da sensação de “libertação” dos blocos estratégicos e ideológicos do período da Guerra Fria. Os Estados Unidos perderam, entretanto, o seu *status* de superioridade indiscutível justamente no terreno pantanoso da guerra, mesmo que o país, tenha se mantido até hoje, enquanto a única e verdadeira potência nuclear, com capacidade de ostentar a sua superioridade incomparável neste campo específico em relação a todo o resto do mundo. O que resultou, por enquanto, das transformações do Pós-1989 foi um arranjo internacional destituído de hierarquias pré-estabelecidas e reconhecidas e, uma nova e original sociedade internacional na qual todos os Estados são “iguais”, não em potência, ou em direitos, ou ainda, em riqueza ou, em pobreza, mas em subjetividade e em obrigações de participação na vida coletiva – neste âmbito que hoje denominamos preferencialmente de “globalização” e do qual nenhum país consegue mais retirar-se ou escapar de sua influência envolvente, conforme comprova a atual e espantosa crise financeira em curso desde 2008. Esta inovação justifica o desaparecimento de qualquer eixo de confronto e/ou incompatibilidade de tipo ideológico, ou ideal, que impeça aos Estados de organizarem o seu próprio sistema de aliança (regional como tendência) em função da preparação para um hipotético e inevitável confronto final.

O século XX nos deixou o legado de, aproximadamente, 160 milhões de mortos em batalha, em cerca de 16 guerras de relevo¹⁵. A mortalidade militar na Primeira Guerra Mundial alcançou quase 100% da mortalidade violenta conjunta e, na Segunda Guerra Mundial este índice diminuiu para 20% do compito total: 10 milhões de mortos em batalha sobre 50 milhões de mortos no cálculo global. Estas constatações parecem fragilizar um dos aspectos mais difundidos e partilhados na retórica contemporânea das “novas guerras”. Mary Kaldor, por exemplo, em seu famoso ensaio sobre as “novas” e “antigas” guerras proclama que no “fim do século passado (o século XIX), a relação entre perdas militares e civis era de 8 para 1”, para em seguida, observar que as guerras na década de 1990, esta relação se transformou ao ponto de se aproximar da proporção

Este estudo encontra-se nos anais online da Conferência www.allacademic.com/meta/p381539_index.html
¹⁵ FERGUSON, Niall. The Next War of the World. *Foreign Affairs*, n. 5 set./out. 2006.

inversa de baixas: 1 (militares) para 8 (civis)¹⁶. Embora este cenário indique, de fato, uma nova tendência, há o registro no debate sobre a história das guerras, que caracteriza também este último tipo de relação: nas guerras de movimento, por exemplo, as quais, por sinal, constituíram a grande maioria dos conflitos no passado, as populações civis foram, terrivelmente, as principais vítimas porque os soldados atravessavam e invadiam, também, cidades e vilas tal como, nos contextos mais recentes, cidades e vilas são bombardeadas por aeronaves e os seus habitantes civis vitimados.

Mas, ao mesmo tempo, não há como negar uma série de inovações, variações, transformações e mutações da guerra contemporânea. Antes disto, no entanto, examinemos o estado de conflitualidade do período Pós-1989. No ano de 1990, os conflitos em curso eram 50 em comparação com o registro de 32 no final, mais recente da década de 2000. Neste mesmo ano, ocorreram duas guerras e, enquanto em 2006 podem ser contabilizadas 5 “guerras civis internacionalizadas”, no ano de 1990 ocorreram 15 guerras deste tipo. O desenvolvimento conjunto da conflitualidade armada no mundo indica uma inflexão concentrada entre 2/3 e a metade no período de 1990 a 2006. A tendência de fundo que parece se configurar é a de uma restrição da área da guerra clássica entre exércitos alinhados nos campos, sendo deslocados por formas de conflitualidades locais, interestatais, cujos dados conjunturais são surpreendentes e impressionantes. Em um total de 200 Estados que compõem o sistema internacional contemporâneo, o número dos que hoje são classificados de Estados “fracos”, “falidos”, ou “colapsados” pela literatura especializada aos quais, podem ser adicionados os considerados Estados “párias”, conforme estigmatizados pela administração norte americana que, se estendem do Afeganistão à Somália, do Iraque à Síria, do Sudão à Zimbábue, da República do Congo ao Haiti e, assim por diante, alcançam hoje o número de 60, ou seja, cerca de 1/3 do total dos Estados existentes¹⁷. Estes dados revelam a característica mais importante que procuramos destacar nestas considerações: em um mundo contemporâneo onde os problemas territoriais encontram-se, na maior parte, “resolvidos” ou “superados”, a conflitualidade emerge no interior dos Estados para enfim, irromper na cena internacional tal como, nos exemplos da região balcânica até a guerra de Kosovo no decorrer da década de 1990 e, na prolongada guerra e crise afegã.

¹⁶ KALDOR, Mary. *Le Nuove Guerre: La violenza organizzata nell'età globale*. Roma: Carocci Editore, 2003, p. 18.

¹⁷ The Failed States. *Foreign Policy*. Disponível em: <<http://www.foreignpolicy.com>>.

Enquanto as “velhas” guerras eram classificadas em termos de magnitude crescente, intensidade dos combates e extensão dos teatros de operações bélicos, as “novas guerras” vêm se caracterizando por uma série de atenuações. As guerras contemporâneas estão sendo crescentemente “privatizadas”; os grandes complexos financeiros se envolvem cada vez mais nestes novos conflitos e as tropas de combatentes são fragmentadas e, pelo menos, em parte, constituídas por “companhias privadas militares”, cuja denominação, talvez, mais apropriada fosse a de “companhias mercenárias”. Tais práticas assumiram já dimensões financeiras excepcionalmente atraentes para os que ingressam em tal mercado, podendo flexibilizar os limites e os vínculos que as forças regulares possuem com base tanto, na legislação de seus países de origem quanto, nas regras de engajamento que caracterizam as ações militares das *Peace Keeping Operations* em franca expansão desde 1989. As guerras contemporâneas se tornaram também “assimétricas”, conforme o termo utilizado por dois coronéis chineses, Qiao Liang e Wang Xiangsui, os quais publicaram o livro, *Guerra Além dos Limites*, destacando o aspecto de que *as partes em conflito* nestas guerras são excessivamente diferentes em termos de composição, potência, organização, quantidade, vontade, entre outros critérios, para serem efetivamente confrontáveis e, extremamente singulares em suas especificidades, para que o confronto direto entre elas faça algum sentido¹⁸. Nestas “guerras assimétricas”, o Estado mais forte pode, em determinadas circunstâncias, se tornar o Estado mais fraco e, os conflitos aparentemente unidirecionais serem subvertidos ao impasse da inércia como, demonstrou um Afeganistão indômito em relação a Inglaterra no século XIX tanto quanto, em relação a União Soviética no final do século XX e hoje, no início do novo milênio, o mesmo país resistente diante de uma “coalizão de voluntários” da OTAN. Ao mesmo tempo, as guerras atuais expressam uma tendência “desestatizante” (talvez, também, desnacionalizante) devido a presença de muitos civis entre as facções internas de um mesmo Estado, a mistura de atores institucionais e “irregulares” (grupos de guerrilheiros, terroristas, entre outros) e o desaparecimento de Estados sem a criação ou recriação de novas estruturas institucionais, político-administrativas, análogas em substituição às pré-existentes. Este cenário impacta, profundamente, sobre a articulação estrutural entre Estado e guerra que fundamenta justamente o desenvolvimento do Estado moderno desde a sua constituição, sendo o evento bélico algo coessencial nesta

¹⁸ LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. *Guerra Além dos Limites: Conjecturas sobre a Guerra e a Tática na Era da Globalização*. Beijing, 1999.

trajetória histórica. O Estado detém como, sua exclusiva e decisiva prerrogativa, o direito e o poder da guerra. Se a guerra está em plena mutação, cria-se a necessidade de mutação também para o Estado.

As guerras contemporâneas não possuem mais dimensões precisas: não se sabe quando estas se iniciam nem quando se concluem efetivamente. Os fins políticos dos conflitos atuais não são mais perseguidos nitidamente e, esta parcial falta de clareza, se estende igualmente para os fins estratégicos porque os focos de conflito, mesmo quando aparentemente controlados, podem ser reacendidos surpreendentemente. O critério de potência deixou de ser decisivo (se é que o foi efetivamente decisivo em alguma vez no passado), porque são os mais fracos e fragmentados, ou menores, a derrotarem os mais potentes nas áreas convulsionadas. As dimensões espaço-temporais se alteraram significativamente: os conflitos tendem a se alongar, mas suas intensidades não crescem; se manifestam de forma cada vez mais circunscrita, mas, ao mesmo tempo, de modo mais variável, modificável e indeterminável; a maior parte dos Estados envolvidos nas “novas guerras” não encontra-se radicado na terra ou no território que combate e, os que vem de longe comportam-se maneira muitas vezes absolutamente diversa em relação aos que habitam o território há séculos. Até mesmo a função tradicional da mortalidade na guerra, de eliminar o maior número possível de inimigos como instrumento de vitória, perdeu o sentido nos conflitos contemporâneos. A distinção entre combatentes e não combatentes deixou de existir, não apenas pelo fato dos que combatem de modo fragmentado, não utilizarem mais “divisas” como, os *partigiani* de outrora, os guerrilheiros, ou os comandos terroristas de hoje, mas porque as populações civis são utilizadas “instrumentalmente” como se fossem as próprias armas disponíveis e não como pessoas inermes, idôneas para o combate.

No plano específico estratégico-militar podem ser encontrados exércitos regulares que adotam técnicas de combate, visando o chamado “zero mortos” e utilizando táticas de conquista do território, de avanço e consolidação, que evitam ao máximo o enfrentamento com os inimigos. Deste modo a violência intrínseca da guerra segue trajetórias originais e, portanto, nem sempre previstas: o atentado às torres gêmeas explica melhor do que qualquer conceito, o caso em discussão. Não mais condutores e estrategistas, nem heróis afortunados ou desafortunados, ou ainda, velhacos e traidores: a batalha não se desenvolve mais no campo ou “teatro de operações”, mas pode ser encenada em todo lugar. Qualquer angulo da terra pode ser destinado e, nenhum lugar dispõe mais de uma segurança absoluta, mesmo porque o

progresso tecnológico (sempre tão influente na história dos armamentos, assim como, na história das estratégias de guerra) incidiu drasticamente nas técnicas de organização material dos equipamentos dos soldados: na tipologia das armas que serão usadas, nos instrumentos de informação disponíveis, nas divisas que serão endossadas tornando-os quase “invulneráveis” e, semelhantes a verdadeiros e próprios robôs cujas ações correspondem às exigências da informação, sendo o controle, a fonte de segurança oferecida aos combatentes. Estes novos combatentes não devem mais se encontrar em situações de emboscada, de imprevisibilidade ou de desestabilização tais como, poderiam experimentar no passado. Como se tudo estivesse pré-ordenado por um computador, cada ação e decisão é programada antes do início da ação propriamente dita e, tem o objetivo fundamental de reduzir ao máximo, a incerteza e o desconhecido. O soldado não deve ter preocupações, nada há temer e não deve morrer. Embora tal projeto seja, de fato, grandioso, as guerras poderão ser combatidas assim no futuro?

Parece que na forma clássica e pura do confronto dos exércitos, a guerra tenha terminado para sempre. Serão os terroristas e não os heróis de guerra, os agentes das transformações mundiais do novo milênio? Na futura guerra total, a distinção entre combatentes e não combatentes desaparece e se anula porque, em um surto de guerra de todos contra todos, o confronto não ocorrerá mais entre soldados, especializados na guerra, mas entre indivíduos pois, as razões dos confrontos não estarão mais na conquista territorial ou na salvaguarda dos valores, mas na nossa pura e simples coexistência ou co-presença como, nos exemplos dos conflitos e tensões, reais e potenciais, causados pela vasta redistribuição das populações do mundo por intermédio das migrações e pelas alterações das composições étnicas/culturais dos diversos países.

A guerra clássica funcionou durante muito tempo segundo o modelo da concentração geográfica da violência armada através do confronto no campo de batalha. Mas na conjuntura do Pós-1989, este tipo de guerra se dissolveu, confrontando-se com o modelo do “fim da guerra”, em uma configuração em que a morte pode alcançar qualquer um, especialmente, no centro das grandes cidades e, não apenas durante a batalha. Tempos atrás, a guerra obedecia a uma sequência cronológica bem precisa: declaração de guerra, mobilização, batalha e etapas subsequentes; hoje, os conflitos se abrem para uma temporalidade infinita e indefinida, composta de rivalidades endêmicas no interior de Estados falidos. No passado, registrava-se a contraposição de soldados que se matavam mutuamente com base em códigos bem precisos; hoje, morrem do mesmo modo civis atingidos por mísseis e aviões teleguiados. O resultado de tudo isto é

uma verdadeira degradação bárbara que torna cruéis os mesmos comportamentos que no passado poderiam ser considerados heroicos.

O que se pode detrair desta análise acerca do futuro do mundo, ou mais especificamente, sobre o futuro das guerras? Propomos a imagem esquemática, mas ao mesmo tempo, de desenho mais claro, da passagem do mundo da era da “guerra total” (combatida como, a Segunda Guerra Mundial) e, depois, da “guerra final” (por sorte vivenciada apenas sob a forma de ameaça como, a nuclear) para a era da “guerra sem fim” ou, dito de outra forma: a passagem “da guerra sem limites para a guerra sem êxito”. Enquanto no passado, se sonhava com a chamada “guerra relâmpago” e eram projetadas as suas fases, embora inscritas em lógicas falhas; hoje, conflitos cada vez mais longos são acompanhados de uma violência declinante do ponto de vista da intensidade, porém, tragicamente, difusa. No passado, se combatia por territórios para agradar as nações que, “não morriam nunca” como, declarou o Papa Benedito XV no auge dos piores momentos da Primeira Guerra Mundial. Hoje, estes tipos de combates perderam grande parte de sua atração, pelo menos por inércia, embora o caminho não tenha terminado ainda e, as razões do confronto se tornaram menos identificáveis, mesmo que para todos nós a impressão latente seja a de que uma grande tensão esteja se acumulando na política internacional. Quase ninguém mais imagina grandes guerras, mas muitos conflitos pequenos, localizados, violentos mais para os civis do que para os militares, desencadeados no interior de um Estado, internacionalizados através da intervenção de uma *missão* organizada e promovida por uma coalizão de Estados “voluntários” que buscam aplicar uma espécie de sedativo à crise em questão.

REFERÊNCIAS:

BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à história contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BUZAN, Barry. *People, states and fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1991.

CREVELD, Martin Van. *The Transformation of the War*. New York: Free Press, 1991.

DEUTSCH, K. W. *Political community and the north atlantic area: international organization in the light of historical experience*. Princeton: University Press, 1957.

FERGUSON, Niall. The next war of the world. *Foreign Affairs*, v, 85, n. 5, 2006.

FERGUSON, Niall. *A guerra do mundo*. Porto: Civilização, 2006.

FERRO, Marc. *A reviravolta da história: a queda do muro de Berlim e o fim do comunismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. *A constelação pós-nacional: ensaios políticos*, São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HENDERSON, E. A. E SINGER, J. D. Civil War in the Post-Colonial World, 1946-1992. *Journal of the Peace Research*, v. 37, n. 3, 2000.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Guerras Internas Internacionalizadas

KALDOR, Mary. *Le nuove guerre: la violenza organizzata nell'età globale*. Roma: Carocci editore, 2003.

LIANG, Qiao e XIANGSUI, Wang. *Guerra além dos limites: conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização*. Beijing, Pequim: [s.n.], 1999.

ORGANSKI, A. F. K. The cost of major wars: the phoenix factor. *The American Political Science Review*, v. 71, 1977.

MINC, Allan. *Le nouveau moyen age*, Paris: Gallimard, 1993.

PETROCCHI, Renato. Norberto Bobbio e o labirinto da política internacional. In: ARIAS NETO, José Miguel; ALVES, Vagner Camilo e MOREIRA, William de Souza (Org.). *A defesa e a segurança na América do Sul*. São Paulo: Mercado de Letras, 2011.

PETROCCHI, Renato. Globalization: an international revolution? In: DIVERSITY and Inequality in World Politics, 2009, Rio de Janeiro: Theoretical Issues on Institutions and Governance in World Politics, 2009, v. TA28.

ROCHE, J. J. *Le relazioni internazional: teorie a confronto*. Bologna: Il Mulino, 2000.

WALLENSTEEN, P. e SOLLENBERG, M. Armed Conflict, 1989-1999. *Journal of the Peace Research*, v. 37, n. 5, 2000.

Recebido em: 31/05/2012

Aceito em: 18/07/2012